

Procurement
Negócios
Eletrônicos S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balanço Patrimonial	7
Demonstrações de Resultado	8
Demonstrações de Resultados Abrangentes	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa	11
Demonstração do Valor Adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13
1. Contexto Operacional	13
2. Base de elaboração e apresentação	13
3. Políticas contábeis materiais	14
3.1. Novas normas e interpretações ainda não efetivas	19
4. Caixa e equivalentes de caixa	21
5. Contas a receber – FIDC	22
6. Títulos e valores mobiliários	22
7. Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recuperar	23
8. Outros créditos	24

9. Imobilizado	25
10. Intangível	26
11. Fornecedores	26
12. Impostos de renda, contribuição social e outros tributos a recolher	26
13. Partes relacionadas	26
14. Patrimônio líquido	27
15. Receita líquida de serviços prestados	28
16. Custo dos serviços prestados	30
17. Despesas gerais e administrativas	30
18. Resultado financeiro líquido	31
19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros	32
20. Remuneração do pessoal-chave da administração	34
21. Arrendamento mercantil	34
Administração	36



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Procurement Negócios Eletrônicos S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Procurement Negócios Eletrônicos S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Procurement Negócios Eletrônicos S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o fato de que parte substancial das operações da Sociedade referente receita de serviços é realizada com seu acionista Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, e seus custos de serviços com as acionistas Accenture do Brasil Ltda e SAP Brasil Ltda, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1, 11 e 13 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação não é requerida às sociedades fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Eduardo Garbin Di Luca
Contador CRC RJ-114186/O-7

Procurement Negócios Eletrônicos S.A.

Balanco Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	762	1.019	Salários a pagar		4.308	3.727
Contas a receber – FIDC	5	2.862	29.601	Fornecedores	11	10.689	7.954
Títulos e valores mobiliários	6	33.968	6.240	Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recolher	12	1.108	1.503
Contas a receber	13(a)	7.659	9.851	Dividendos a pagar	14(c)	1.258	2.387
Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recuperar	7(a)	1.938	4.921	Arrendamento	21	484	-
Outros créditos	8	5.220	1.444				
		<u>52.409</u>	<u>53.076</u>			<u>17.847</u>	<u>15.571</u>
Não circulante				Não circulante			
				Arrendamento	21	<u>396</u>	<u>-</u>
						<u>396</u>	<u>-</u>
				Patrimônio Líquido	14		
Imobilizado	9	<u>959</u>	<u>739</u>	Capital social		30.157	30.157
		959	739	Reserva de lucros		1.192	927
				Dividendos adicionais propostos		<u>3.776</u>	<u>7.160</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>35.125</u>	<u>38.244</u>
Total do ativo		<u>53.368</u>	<u>53.815</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>53.368</u>	<u>53.815</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Procurement Negócios Eletrônicos S.A.

Demonstrações de Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2024	2023
Receita líquida de serviços prestados	15	75.037	98.329
Custos de serviços prestados	16	<u>(50.045)</u>	<u>(65.219)</u>
Lucro bruto		24.992	33.110
Despesas gerais e administrativas	17	<u>(19.844)</u>	<u>(24.057)</u>
Resultado antes do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social		5.148	9.053
Receitas financeiras		3.777	5.026
Despesas financeiras		(321)	(230)
Variação cambial		(8)	(11)
Resultado financeiro líquido	18	<u>3.448</u>	<u>4.785</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		8.596	13.838
Imposto de renda e contribuição social correntes	7(b)	<u>(3.297)</u>	<u>(3.789)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>5.299</u>	<u>10.049</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - Básico e diluído (em R\$)		<u>87,86</u>	<u>166,61</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Procurement Negócios Eletrônicos S.A.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2024	2023
Lucro Líquido do exercício	5.299	10.049
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>5.299</u>	<u>10.049</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Procurement Negócios Eletrônicos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital Social	Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	30.157	425	6.054	-	36.636
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.049	10.049
Destinações:					
Constituição de reservas	-	502	-	(502)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(2.387)	(2.387)
Dividendos adicionais aprovados em AGO	-	-	(6.054)	-	(6.054)
Dividendos adicionais propostos	-	-	7.160	(7.160)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	30.157	927	7.160	-	38.244
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.299	5.299
Destinações:					
Constituição de reservas	-	265	-	(265)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(1.258)	(1.258)
Dividendos adicionais aprovados em AGO	-	-	(7.160)	-	(7.160)
Dividendos adicionais propostos	-	-	3.776	(3.776)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	30.157	1.192	3.776	-	35.125

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Procurement Negócios Eletrônicos S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	5.299	10.049
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	962	1.769
Baixa de ativos, líquido	-	2
Variação cambial, líquida	(14)	(15)
	6.247	11.805
(Aumento) / redução nos ativos e passivos:		
Contas a receber	2.207	1.004
Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recuperar	2.983	2.772
Outros créditos	(3.777)	1.661
Fornecedores	2.734	(6.086)
Salários a pagar	582	19
Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recolher	(395)	(134)
	10.581	11.041
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(42)	(52)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(989)	(2.116)
	(1.031)	(2.168)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos Pagos	(9.547)	(8.072)
Amortização de arrendamento	(260)	(758)
	(9.807)	(8.830)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes no exercício	(257)	43
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.019	976
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	762	1.019

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Procurement Negócios Eletrônicos S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2024	2023
Receitas		
Serviços prestados e outras	87.444	114.576
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos de desenvolvimento, serviços de terceiros e outros	<u>(45.909)</u>	<u>(67.850)</u>
Valor adicionado bruto	41.535	46.726
Depreciação e amortização	<u>(913)</u>	<u>(1.699)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela sociedade	40.622	45.027
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras - incluem variações monetárias	<u>3.781</u>	<u>5.028</u>
Valor adicionado a distribuir	44.403	50.055
Distribuição do valor adicionado		
Despesa com Pessoal (Salários, provisões e encargos)	16.531	14.457
Honorários da diretoria e pessoal e outros	<u>6.225</u>	<u>4.693</u>
	22.756	19.150
Tributos		
Impostos e contribuições	12.718	16.824
Imposto de renda e contribuição social	<u>3.297</u>	<u>3.789</u>
	16.015	20.613
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros, variações cambiais e monetárias	<u>333</u>	<u>243</u>
Remuneração de capitais próprios		
Constituição de reservas:		
Legal	265	502
Dividendos:		
Dividendos a pagar	1.258	2.387
Dividendos adicionais propostos	3.776	7.160
	<u>5.299</u>	<u>10.049</u>
Valor adicionado total distribuído	44.403	50.055

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Procurement Negócios Eletrônicos S.A. ("Petronect" ou "Sociedade") é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro. A Sociedade foi constituída em 18 de outubro de 2002, tendo por objeto social atuar no provimento de serviços de comércio eletrônico, compreendendo o desenvolvimento de sistemas e gerência de portais eletrônicos relacionados ao processo de aquisição de materiais, serviços e produtos. Sua receita é auferida principalmente com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, acionista controladora, além, de empresas do Sistema Petrobras, nacionais e estrangeiras. O seu custo é adquirido, em grande parte com os também acionistas Petrobras S.A, SAP Brasil Ltda. e Accenture do Brasil Ltda. Estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

Direcionada em soluções para a indústria de Petróleo, Gás e Energia, a Sociedade desenvolveu uma plataforma digital para otimizar, agilizar e dar maior conformidade às transações entre empresas, além de proporcionar redução no consumo de papel e na necessidade de viagens.

Os serviços oferecidos pela Sociedade incluem a disponibilização de um portal para a realização de cadastramento de fornecedores, solicitações de cotação, leilões reversos e diretos, gerenciamento eletrônico de documentos fiscais, e serviços de cotações de bens, todos direcionados para a cadeia de suprimentos. A plataforma única e integrada garante a padronização dos processos e o acompanhamento constante por parte das empresas envolvidas, que assim passam a contar com uma ferramenta para administração eficiente de suas negociações.

Em 17 e 18 de abril de 2024, a Petronect aditou os contratos do Portal de Compras e Portal de Cadastro até junho de 2026, mantendo a informação recebida em 26 de janeiro de 2024 que previa o aditamento dos contratos até esse período. Após esta data, a Companhia não tem novos contratos, desta maneira as Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas neste contexto.

2 Base de preparação e elaboração

a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Conselho de Administração da Sociedade, em reunião realizada em 24 de março de 2025, autorizou a emissão destas demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Sociedade é determinada como a moeda do cenário econômico primário em que opera. Observando esses aspectos, a Administração definiu como moeda funcional e de apresentação da Sociedade o Real, já que esta é a moeda que melhor reflete o ambiente econômico no qual a Sociedade está inserida.

Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos realizados pela administração são referentes principalmente a estimativa do valor de recuperação de ativos imobilizados e intangíveis (notas explicativas 9 e 10) e depreciação de ativos (nota explicativa 9). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir das estimativas.

3 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

a. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira referem-se a prestação de serviços para empresas no exterior e são convertidas para a respectiva moeda funcional da Sociedade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. O ganho ou perda cambial oriundo da conversão de moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado.

Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

(i) Ativos Financeiros

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Reconhecimento e mensuração inicial

Exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo e ativos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a sociedade elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes;
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros.

Mensuração e reconhecimento de perdas de crédito esperadas

Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à sociedade e todos os fluxos de caixa que a sociedade espera receber, descontados à taxa efetiva original.

Provisão para perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Sociedade reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a sociedade reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão será reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada.

Apresentação

Caixa e equivalentes a caixa incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

Provisões para impairment sobre ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos tendo como contrapartida ganhos ou perdas no resultado.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos.

Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

A sociedade não teve modificação substancial que tenha alterado o fluxo de caixa de seus passivos financeiros mensurados a custo amortizado, portanto, refletem o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos do CPC 48.

Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

As ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido e não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”).

Depreciação

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada com base no prazo estimado de operação da Sociedade, avaliado até junho de 2026. Dessa forma, todos os ativos imobilizados estão sendo depreciados considerando esse prazo como a vida útil remanescente.

O custo de ativos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e demais condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela administração.

Ativo intangível

Reconhecimento e mensuração

Os itens do ativo intangível são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da amortização e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de amortização dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

A taxa de amortização utilizada é de 20% a.a. que é o percentual estimado com base na vida útil do ativo, salvo para itens objeto de arrendamento mercantil, os quais são amortizados durante o prazo do contrato de arrendamento financeiro.

A amortização dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Vida útil (anos)
Direitos de uso	3-5
Desenvolvimento de serviços e projetos	5

Redução ao valor recuperável ("impairment")

(i) Ativos não financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. A perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Sociedade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Receita de contrato com o cliente

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização dos serviços no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida de impostos, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.

A Sociedade reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

A Sociedade tem como base de reconhecimento das receitas as medições apuradas pelos clientes Sistema Petrobras e demais clientes. Uma vez medido o valor que cabe à Procurement Negócios Eletrônicos S.A, é reconhecido o relatório de medição aprovado, para o devido registro contábil e emissão.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras.

Para fins de apuração fiscal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade utilizou as prerrogativas definidas na Lei nº 12.973.

Com isso, esses tributos foram calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras.

Arrendamento Mercantil

Para os arrendamentos mercantis financeiros em que a Sociedade é arrendatária, os ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo do item arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, ambos determinados no início do arrendamento.

Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Sociedade no respectivo exercício.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, que são reconhecidos no resultado, através do método dos juros efetivos.

Demonstração do valor adicionado

A Sociedade elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado a qual é apresentada como parte integrante da demonstração contábil.

3.1 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

a. International Accounting Standards Board (IASB)

Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela Sociedade até 31 de dezembro de 2024.

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
<i>Lack of Exchangeability - Amendments to IAS 21</i>	<p>As emendas estabelecem que quando uma moeda não for conversível por outra na data da mensuração, a taxa de câmbio à vista deve ser estimada. Adicionalmente, as emendas orientam sobre como avaliar a conversibilidade entre moedas e como determinar a taxa de câmbio à vista quando da ausência da conversibilidade.</p> <p>Quando a taxa de câmbio à vista for estimada porque uma moeda não é conversível por outra moeda, devem ser divulgadas informações que permitam entender como a moeda não conversível por outra moeda afeta, ou se espera que afete, a demonstração do resultado, o balanço patrimonial e a demonstração dos fluxos de caixa.</p>	1º de janeiro de 2025 com regras de transição específicas.
<i>Annual Improvements – Volume 11</i>	As emendas alteram pontualmente requerimentos relacionados aos seguintes temas e normativos: preço de transação e desconhecimento de passivos de arrendamentos (IFRS 9 Financial Instruments); método de custo (IAS 7 Statement of Cash Flows); ganho ou perda no desconhecimento divulgação da diferença diferida entre o valor justo e o preço da transação, e divulgação do risco de crédito (IFRS 7 Financial Instruments: Disclosures); determinação de um 'agente de fato' (IFRS 10 Consolidated Financial Statements); e contabilização de hedge para um adotante pela primeira vez (IFRS 1 First-Time Adoption of International Financial Reporting Standards).	1º de janeiro de 2026 com regras de transição específicas
<i>Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments - Amendments to IFRS 9 and IFRS 7</i>	<p>De forma geral, as emendas às IFRS 9 trazem esclarecimentos sobre: avaliação dos fluxos de caixa contratuais para classificação de ativos; ativos financeiros non-recourse e instrumentos contratualmente vinculados.</p> <p>Adicionalmente, as emendas à IFRS 9 trazem esclarecimentos quanto à data do reconhecimento inicial ou desconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros, e a possibilidade de desconhecer passivos financeiros que serão liquidados em caixa por meio de um sistema eletrônico de pagamento, antes da data da liquidação, desde que determinados critérios sejam atendidos.</p> <p>Já as emendas à IFRS 7 trazem novos requerimentos de divulgação.</p>	1º de janeiro de 2026 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas
<i>Contracts Referencing Nature-dependent Electricity - Amendments to IFRS 9 and IFRS 7</i>	As emendas promovem alterações nas IFRS 9 e IFRS 7 para fins de reporte de contratos de eletricidade relacionados à natureza. Tais emendas incluem: esclarecimento sobre aplicação dos requerimentos own-use; permissão da utilização da contabilização de hedge se esses contratos forem utilizados como instrumentos de hedge; e requerimentos adicionais de divulgação.	1º de janeiro de 2026 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas
<i>IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements</i>	<p>A IFRS 18 estabelece novos requerimentos para a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, em substituição à IAS 1 - Presentation of Financial Statements. Entre outros, foram incluídos novos requerimentos sobre:</p> <ol style="list-style-type: none"> a. Apresentação da demonstração do resultado, incluindo a obrigação de classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas; b. Divulgação de medidas de desempenho definidas pela gestão; c. Orientação sobre agregação ou desagregação de informações; e d. Novos requerimentos de divulgação. <p>Adicionalmente, foram feitas determinadas alterações em outros normativos, incluindo requerimentos contábeis que tratam da demonstração do fluxo de caixa. Nesse último, entre outras modificações, foi removida a opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.</p>	1º de janeiro de 2027 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas
<i>IFRS 19 - Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures</i>	<p>A IFRS 19 é uma norma de aplicação voluntária que permite que entidades elegíveis forneçam divulgações reduzidas ao aplicar os padrões contábeis IFRS em suas demonstrações financeiras.</p> <p>Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.</p>	1º de janeiro de 2027 com regras de transição específicas

Em relação ao normativo em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

b. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

O CPC emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e interpretações tidos como análogos aos IFRS, tal como emitidos pelo IASB. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2024, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto – CPC 18 (R3)*	IAS 28 Investments in Associates and Joint Ventures	1º de janeiro de 2025
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27	Amendments to IAS 21 (Lack of Exchangeability)	1º de janeiro de 2025
Interpretação Técnica ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial ICPC 09 (R3)**	Sem equivalência às IFRS	1º de janeiro de 2025
Orientação Técnica OCPC 10 – Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIO) (OCPC 10)	Sem equivalência às IFRS	1º de janeiro de 2025

* Emitido em substituição ao CPC 18 (R2)

** Emitido em substituição ao ICPC 09 (R2)

Os efeitos esperados da aplicação inicial referente aos normativos listados acima são os mesmos que foram apresentados para os respectivos normativos emitidos pelo IASB apresentados no item 3.1. (a).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e bancos	3	4
Aplicações financeiras	49	1.014
Operações compromissadas	710	-
Total	<u>762</u>	<u>1.019</u>

Aplicações financeiras incluem cotas de fundos de investimento e operações compromissadas lastreadas em debêntures, com recompra garantida pelo Banco Santander, todas atreladas à variação do CDI. Os valores estão atualizados pelos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras, respeitando seus respectivos valores de mercado.

Os investimentos do fundo são de altíssima liquidez, prontamente conversíveis em caixa, sujeito a um risco insignificante de mudança de valor e com vencimento não superior a 3 (três) meses.

5 Contas a receber – FIDC

	2024	2023
Quantidade de cotas	0,59705299	6,847452
Rentabilidade (a.a)	<u>10,87%</u>	<u>13,10%</u>
Fundo FIDC (R\$)	<u>2.862</u>	<u>29.601</u>

Os recebíveis de títulos financeiros referem-se ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não-Padronizados do Sistema PETROBRAS (FIDC-NP), igualmente lastreados em títulos públicos federais. Os investimentos do fundo são de altíssima liquidez, que é prontamente conversível a valores conhecidos de caixa, e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor e com vencimento não superior a 3 (três) meses.

Em 2024, a Sociedade efetuou o resgate de parte significativa do investimento no FIDC, visando otimizar a rentabilidade de seus recursos.

a. Recebíveis de ativos financeiros

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como valor justo por meio do resultado "Recebíveis de ativos financeiros", considerando que o lastro desse fundo é, principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

6 Títulos e valores mobiliários

	2024	2023
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	<u>33.968</u>	<u>6.240</u>
Total	<u>33.968</u>	<u>6.240</u>

Os títulos e valores mobiliários referem-se a investimentos em Certificados de Depósito Bancário (CDB), com rendimentos vinculados ao CDI. Esses ativos possuem prazos de vencimento não superiores a 12 meses e são classificados no ativo circulante devido à expectativa de realização ou vencimento a curto prazo.

Em 2024, a Sociedade migrou parte significativa de seus recursos para CDBs, com o objetivo de otimizar a rentabilidade dos investimentos.

7 Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recuperar

a. A recuperar (circulante)

	2024	2023
IRPJ	1.904	4.183
CSLL	34	738
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>1.938</u>	<u>4.921</u>

A Sociedade tem por rotina revisar e atualizar pela taxa Selic os impostos e contribuições que afetam os seus negócios, objetivando assegurar que os pagamentos sejam devidamente realizados e que não haja valores recolhidos desnecessariamente. A Administração iniciou a compensação desses créditos com os débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, relativos a retenções na fonte de terceiros. Essas compensações são efetuadas através do programa PERDCOMP disponibilizado pela Receita Federal em sua página eletrônica, e possui o prazo de homologação de cinco anos. Além da compensação através de transmissão da PERDCOMP, a Petronect também possui um Pedido de Restituição enviado para a Receita Federal do Brasil.

b. Conciliação da despesa

A conciliação entre a despesa total calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e as despesas de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é demonstrada como segue:

	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	8.596	13.838
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
	<hr/>	<hr/>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(2.923)	(4.705)
Diferenças permanentes líquidas	(412)	(313)
Diferenças temporárias sem efeito no resultado	14	1.205
Outros itens:		
Ajuste de 10% sobre excedente	24	24
	<hr/>	<hr/>
	<u>(3.297)</u>	<u>(3.789)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	<hr/>	<hr/>
	(3.297)	(3.789)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(3.297)	(3.789)
	<hr/>	<hr/>
Alíquota fiscal efetiva	<u>38%</u>	<u>27%</u>

8 Outros Créditos

Refere-se a despesas pagas antecipadamente na aquisição de licenças, seguros, garantias e suportes de equipamentos de informática, além de depósito caução em garantia da utilização do escritório sede, cujos benefícios ultrapassam o exercício corrente, as quais são apropriadas como despesas conforme regime de competência. Sendo demonstrado como segue:

	2024	2023
Licenças de Software e suporte (a)	4.775	961
Depósito caução	220	207
Seguros a apropriar	214	215
Garantias e suportes de equipamentos de informática	-	61
Adiantamento de Fornecedores e Empregados	<u>11</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>5.220</u></u>	<u><u>1.444</u></u>

- (a) Em 2024, a Sociedade firmou um contrato com um novo provedor para manutenção e suporte do SAP SRM (*Supplier Relationship Management - Gestão do Relacionamento com Fornecedores*), com vigência de 24 meses. A contratação ocorreu devido a uma redução expressiva no custo operacional em comparação com o contrato anterior.

9 Imobilizado

	Benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamento processamento de dados	Equipamento de telecomunicação	Direito de uso - Edificações	Direito de uso - Equipamento processamento de dados	Total
Saldo contábil líquido 31 de dezembro de 2022	431	150	144	790	21	922	-	2.458
Aquisições	-	20	4	29	-	-	-	53
Baixas	-	-	-	-	(2)	-	-	(2)
Depreciação	(370)	(83)	(124)	(470)	(8)	(715)	-	(1.770)
Saldo contábil líquido 31 de dezembro de 2023	<u>61</u>	<u>87</u>	<u>24</u>	<u>349</u>	<u>11</u>	<u>207</u>	<u>-</u>	<u>739</u>
Aquisições	-	7	8	24	3	1.139	-	1.181
Depreciação	(61)	(53)	(22)	(271)	(7)	(547)	-	(961)
Saldo contábil líquido 31 de dezembro de 2024	<u>-</u>	<u>41</u>	<u>10</u>	<u>102</u>	<u>7</u>	<u>799</u>	<u>-</u>	<u>959</u>

Em 31 de dezembro de 2024, a administração não identificou quaisquer indicativos, internos ou externos, conforme definido no item 12 do CPC 01 (R1), que possam gerar dúvidas de que os ativos da Sociedade possam estar registrados por valor acima da ao de sua recuperação.

10 Intangível

A Sociedade apresenta em seu ativo intangível softwares e desenvolvimentos que são adquiridos na Accenture do Brasil Ltda., na SAP Brasil Ltda. e demais fornecedores, utilizados na manutenção e criação de projetos customizados. Tais projetos formam sistemas de acesso aos clientes, definidos como Portal de Compras, Biodiesel, Portal Cadastro de Fornecedores e outros (Portal Petronect).

Em 2024, a administração fez uma avaliação interna sobre a recuperabilidade dos ativos intangíveis e não há indicativos, internos ou externos, para efetuar a reversão de perda por desvalorização, constituída integralmente em 2020, como consequência a administração manteve a provisão integral para esses ativos.

11 Fornecedores

	2024	2023
Terceiros no país	5.457	1.761
Terceiros no exterior	19	-
Partes relacionadas (nota explicativa 13.b)	<u>5.213</u>	<u>6.193</u>
Total	<u>10.689</u>	<u>7.954</u>

Em 31 de dezembro de 2024, o prazo médio de pagamento é de 31 dias (30 em 2023).

O aumento no saldo de fornecedores em 2024, de R\$ 2.735, refere-se, principalmente, a aquisições dos serviços de suporte e para manutenção do SAP SRM (*Supplier Relationship Management* - Gestão do Relacionamento com Fornecedores) conforme mencionado na nota explicativa 8.a.

12 Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recolher

	2024	2023
Imposto sobre serviços	427	515
IRRF terceiros	305	317
Contribuições a recolher (Lei nº 10.833/03)	286	492
INSS terceiros	<u>90</u>	<u>178</u>
	<u>1.108</u>	<u>1.503</u>

13 Partes relacionadas

	Petrobras	SAP Brasil Ltda.	Accenture do Brasil Ltda.	<u>Total</u>	
				2024	2023
Ativo					
Contas a receber (a)	7.659	-	-	7.659	9.851

Passivo					
Fornecedores (b)	3.250	522	1.441	5.213	6.193
Dividendos a pagar (13c)	920	204	134	1.258	2.387
Resultado - Receitas					
Receita operacional líquida de serviços (a)	69.445	-	-	69.445	94.084
Resultado – Custos					
Custos com serviços profissionais – hospedagem (“Hosting”) (c)	6.546	-	-	6.546	4.924
Custo com pessoal cedido (d)	1.079	-	-	1.079	(110)
Custo com serviços profissionais/licença de software (e)	-	7.225	16.941	24.166	44.176
Honorários da diretoria (d)	1.637	-	-	1.637	1.679
Resultado – Despesas					
Despesas com consultorias (g)	-	51	37	88	1.618

- (a) Refere-se à prestação de serviços de provimento de soluções e de facilidades de comércio eletrônico para a execução de cotações, coletas de preços e licitações.
- (b) Refere-se a custos incorridos na prestação de serviços de hospedagem de sistemas, ao ressarcimento dos gastos com pessoal cedido e a prestação de serviços de suporte à operação do Portal.
- (c) Corresponde a custos incorridos na prestação de serviços de hospedagem de sistemas, cujo objetivo é a atuação coordenada entre as empresas, nas atividades de TI na área de implementação, manutenção e operação de infraestrutura, de hardware e software básico.
- (d) Corresponde ao ressarcimento dos gastos com pessoal cedido chave da administração da Sociedade pela Petrobras.
- (e) Refere-se a gastos com execução de serviços em plataforma eletrônica de operação de portais, desenvolvimento de soluções, operação de cotações, diligenciamento e fornecimento e manutenção de licenças.
- (f) Refere-se a consultorias para execução de serviços em plataforma eletrônica de operação de portais.

A Sociedade possui contratos com as acionistas Accenture do Brasil Ltda. e SAP Brasil Ltda. para execução de serviços em plataforma eletrônica de operação de portais, desenvolvimento de soluções, operação de cotações, diligenciamento e fornecimento e manutenção de licenças.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito da Sociedade no total de R\$ 30.157 (R\$ 30.157 em 2023) está representado por 60.314.160 ações (60.314.160 em 2023), sendo 30.157.080 ações ordinárias nominativas (23.220.951 Classe A e 6.936.129 Classe B) e 30.157.080 ações preferenciais nominativas (23.220.951 Classe A e 6.936.129 Classe B), sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

	Participação no capital (%) 2024		Participação no capital (%) 2023	
	Votante	Total	Votante	Total
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	49%	72%	49%	72%
SAP Brasil Ltda.	32%	17%	32%	17%
Accenture do Brasil Ltda.	19%	11%	19%	11%
	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>

As aprovações realizadas pelo Conselho de Administração e nas Assembleias de Acionistas são sempre realizadas com a manifestação favorável dos membros ou acionistas, respectivamente, que representem, pelo menos, 50% mais um voto.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado, após absorção do prejuízo acumulado, em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 11.638/07, até o limite de 20% do capital social.

c. Remuneração aos acionistas

O estatuto social determina a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício corroborando com o art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Para o exercício de 2024, a Administração da Petronect, com base no artigo 192 da Lei nº 6.404/76, propõe a distribuição de dividendos equivalentes a 100% do lucro líquido após a constituição da reserva legal. Nos termos da Interpretação Técnica ICPC 08, o montante que foi reconhecido como obrigação em 31 de dezembro de 2024, representa o mínimo obrigatório definido no estatuto da Companhia, no montante de R\$ 1.258. O restante, no valor de R\$ 3.776, está classificado em conta específica do Patrimônio Líquido, na rubrica Dividendo Adicional Proposto, até que a Assembleia Geral Ordinária se manifeste sobre o assunto.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	5.299	10.049
Reserva legal	(265)	(502)
Base de cálculo	<u>5.034</u>	<u>9.547</u>
Dividendos mínimos obrigatórios propostos (25%)	1.258	2.387
Dividendos adicionais propostos (75%)	3.776	7.160

15 Receita líquida de serviços prestados

	2024	2023
Serviços Prestados Mercado Interno – Partes Relacionadas	80.481	109.269
Serviços Prestados Mercado Interno – Terceiros	6.385	4.746
Serviços Prestados Mercado Externo – Partes Relacionadas	431	386
Serviços Prestados Mercado Externo – Terceiros	117	175
Receita Bruta	87.414	114.576
Impostos		
ISS	(4.342)	(5.701)
PIS	(1.433)	(1.881)
COFINS	(6.602)	(8.665)
	(12.377)	(16.247)
Receita líquida de serviços prestados	75.037	98.329

16 Custos dos serviços prestados

2024	Operações	Projetos	Cotações	Cadastro	Pagamentos	Total
Custo de pessoal	(8.283)	(778)	(1.043)	(287)	-	(10.391)
Custo de serviços de operação	(20.680)	(1.687)	(2.469)	(213)	-	(25.049)
Custo de serviços s/ encomenda	-	(1.695)	-	-	-	(1.695)
Manutenção software	(4.725)	(561)	-	-	-	(5.286)
Hosting	(5.852)	(694)	-	-	-	(6.546)
Pessoal cedido	(933)	(110)	-	(35)	-	(1.078)
Total dos custos dos serviços prestados	(40.473)	(5.525)	(3.512)	(535)	-	(50.045)
2023	Operações	Projetos	Cotações	Cadastro	Pagamentos	Total
Custo de pessoal	(4.158)	(1.396)	(2.234)	(465)	(86)	(8.339)
Custo de serviços de operação	(19.198)	(1.995)	(19.593)	(3.259)	(413)	(44.458)
Custo de serviços s/ encomenda	-	(641)	-	-	-	(641)
Manutenção software	(5.784)	(62)	-	(932)	(188)	(6.966)
Hosting	(4.038)	-	-	(739)	(148)	(4.925)
Pessoal cedido	75	1	25	9	-	110
Total dos custos dos serviços prestados	(33.103)	(4.093)	(21.802)	(5.386)	(835)	(65.219)

A Sociedade aplica na sua prestação de serviços custos diretamente relacionados às Operações, os quais se referem aos portais de Compras, Cadastro, Pagamentos e Cotações. Também são aplicados como custos: serviços sob encomenda e manutenção e desenvolvimento de software. Estes custos são referentes aos contratos de prestação de serviços com Accenture, SAP, Neo BPO e Hartmann os quais são alocados aos projetos, e vinculados à prestação de serviços. Aos custos de operações e sob encomenda incorrem créditos dos impostos PIS e COFINS.

17 Despesas gerais e administrativas

As despesas administrativas incorridas pela Sociedade estão da seguinte forma distribuídas de acordo com sua classe.

	2024	2023
Gastos com pessoal, diretoria e conselho de administração	(11.286)	(10.920)
Ocupação (aluguel e manutenção)	(874)	(928)
Depreciação	(913)	(1.699)
Utilidade e serviços públicos	(855)	(658)
Serviços de terceiros	(5.635)	(7.509)
Multas contratuais	60	(378)
Descontos contratuais (SLA)	-	(624)
Impostos e taxas	(341)	(578)
Iniciativas estratégicas e melhorias operacionais	-	(763)
	<hr/>	<hr/>
Total das despesas gerais e administrativas	(19.844)	(24.057)

18 Resultado Financeiro Líquido

As receitas financeiras e despesas financeiras incorridas pela Sociedade estão da seguinte forma distribuídas de acordo com sua classe.

Receita financeira	2024	2023
Varição monetária ativa	272	583
Receita sobre aplicação financeira	3.504	4.443
Varição cambial ativa	3	2
Descontos obtidos	1	-
	<hr/>	<hr/>
Total das receitas financeiras	3.780	5.028
Despesa financeira	2024	2023
Varição monetária passiva	(122)	(125)
Juros passivos	-	(32)
Tarifas bancárias	(38)	(46)
Multas pagas ou incorridas	(7)	(1)
Varição cambial passiva	(11)	(13)
Juros sobre arrendamentos	(154)	(26)
	<hr/>	<hr/>
Total das despesas financeiras	(332)	(243)
Resultado financeiro líquido	<hr/> 3.448 <hr/>	<hr/> 4.785 <hr/>

19 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a. Instrumentos Financeiros

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Sociedade não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo para mitigar os riscos associados aos seus instrumentos financeiros e durante os exercícios também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Sociedade.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações foram analisados pela Sociedade. Tais controles estão relacionados principalmente à identificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pelas empresas do Sistema Petrobras.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Sociedade. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros não apresentam diferenças significativas para os valores justos conforme apresentado em uma única coluna abaixo.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado, com exceção do contas a receber – FIDC. Os valores justos destes instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis, e estão demonstradas abaixo em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Instrumentos financeiros	2024	2023
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	762	1.019
Contas a receber - FIDC	2.862	29.601
Títulos e valores mobiliários	33.938	6.240
Contas a receber, líquidas - clientes	7.659	9.851
Passivos		
Fornecedores	10.689	7.954
Arrendamento	880	-

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores estão mensurados ao custo amortizado e valor justo. Os valores dos instrumentos financeiros da Sociedade são equivalentes aos seus valores contábeis.

b. Gerenciamento de riscos

a) Riscos de crédito

A Sociedade está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa. Tal risco consiste na possibilidade de não saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras ou de não recebimento dos clientes. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa de equivalentes de caixa e contas a receber, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalente de caixa são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

b) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Sociedade incorrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função da diversificação de produtos e dos seus respectivos índices de rentabilidade.

c) Risco de liquidez

A Sociedade utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital e pagamentos de dividendos. Historicamente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, por dívidas de curto e longo prazo e transações de vendas. Estas origens de recursos somadas à posição financeira da Sociedade tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos de forma corporativa.

O arrendamento contratado pela Sociedade refere-se à direito de uso do escritório sede;

31 de dezembro de 2024	<u>Fluxo de Caixa Contratuais</u>			
	Valor contábil	2 meses ou menos	2-12 meses	1-3 anos
Fornecedores	10.689	6.434	4.255	-
Passivo de Arrendamento Financeiro	880	99	385	396

31 de dezembro de 2023	<u>Fluxo de Caixa Contratuais</u>		
	Valor contábil	2 meses ou menos	2-12 meses
Fornecedores	7.954	5.980	1.974

20 Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração referem-se a quatro conselheiros e três diretores. A remuneração do pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	2024	2023
Salários e outros benefícios	5.147	4.849

21 Arrendamento mercantil

Obrigações de arrendamento financeiro

A Sociedade mantém contratos de arrendamento mercantil relacionados a seguir:

- i. Contratos de arrendamento mercantil relacionado a licenças de uso de softwares SRM (Supplier Relationship Management), com prazo de 48 meses e taxa de juros de 12,29% a.a.;
- ii. Um contrato de arrendamento relacionado a direito de uso do escritório sede, com prazo de 30 meses e taxa de juros de 23,14% a.a.

No 1º semestre de 2023, a Sociedade quitou o contrato de arrendamento relacionado a licenças de uso de softwares SRM (Supplier Relationship Management).

	2024	2023
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento		
Menos de um ano	627	-
Mais de um ano e menos de cinco anos	436	-
	1.063	-
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	(183)	-
Valor presente das obrigações de arrendamento financeiro	880	-

O valor presente das obrigações de arrendamento financeiro é como segue:

	2024	2023
Menos de um ano	484	-
Mais de um ano e menos de cinco anos	396	-
Total	880	-

Movimentação dos arrendamentos mercantis:

	2023	Adições	Amortização de Principal	Amortização de Juros	Juros incorridos	Baixas	Transferências	2024
Menos de um ano	-	510	(260)	(154)	154	-	234	484
Mais de um ano e menos de cinco anos	-	630	-	-	-	-	(234)	396
	-	1.140	(260)	(154)	154	-	-	880

	2022	Adições	Amortização de Principal	Amortização de Juros	Juros incorridos	Baixas	Transferências	2023
Menos de um ano	758	-	(758)	(26)	26	-	-	-
Mais de um ano e menos de cinco anos	-	-	-	-	-	-	-	-
	758	-	-	-	-	-	-	-

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Roberta Nobre Damiani Pereira
Presidente

Rodolfo Eschenbach Junior
Conselheiro

Michel Jacques Levy
Conselheiro

DIRETORIA

Rainer Muhlhaus
Presidente Interino

Samuel Fernandes de Souza
Diretor

CONTADORA RESPONSÁVEL

Aline da Silva Palhares de Souza
Contador CRC RJ:093695/O-5

Documento assinado eletronicamente